

Contradições Democráticas



Gonçalo Maia Camelo

**ESTAMOS
HABITUADOS A OUVIR
QUE AS SONDAGENS
SÃO INSTRUMENTO
ESSENCIAL DA
DEMOCRACIA**

Muito embora sejam efectuadas e publicadas sondagens amiúde, e todos os partidos políticos as possuam ou peçam com regularidade, muitas das vezes apenas para “consumo interno”, é nos períodos de campanha eleitoral que as mesmas se tornam verdadeiramente relevantes e, por vezes, polémicas.

Estamos habituados a ouvir que as sondagens são um instrumento essencial da democracia, mas, na verdade, e ainda que, nalguns casos, apenas conjunturalmente, as opiniões divergem. Há quem diga que não gosta nada de sondagens, o que, como posição face a um certo tipo de produto/serviço, até pode ser legítimo. Há quem as adore e as endeuse, o que, como qualquer confissão de fé, pode configurar um certo exagero. E há quem, consoante as previsões, umas vezes goste, e outras não, postura que, como é óbvio, não é coerente. Com efeito, avaliar o mérito e o papel das sondagens em função do grau de concordância das mesmas com os interesses e as expectativas pessoais do avaliador tem pouco de democrático. No fundo, é o equivalente em política a dizer que um treinador de futebol é um génio quando ganha, e um asno quando perde. Mas mais contraditório – e mais grave – do que não gostar de sondagens, ou de as criticar pelo facto de serem apenas isso mesmo, é questionar o acerto das intenções e do sentido de voto que delas decorra. Com efeito, se colocar em causa a veracidade ou

rigor de uma sondagem até pode ser legítimo, afirmar que, caso os prognósticos contidos nas mesmas se venham a concretizar, ficará demonstrado que os eleitores não aprendem a votar e/ou não sabem fazê-lo, é antidemocrático. É que, goste-se, ou não, a Democracia tem destas coisas e, como se costuma dizer, a “verdadeira sondagem é a das urnas”. Assim, e até porque num regime verdadeiramente democrático todos, independentemente da sua condição, podem aspirar a ser algo mais, nem sempre vence o nosso preferido, ou aquele que julgamos ser o mais apto. Por exemplo, apesar de Passos Coelho não ter sido capaz de gerar recursos suficientes para pagar as suas contribuições e impostos atempadamente, ficando a dever ao Estado – vá – certa de meia dezena de milhares de euros, e de José Sócrates se ter visto forçado a recorrer a empréstimos bancários e à ajuda de amigos para poder viver “como um Lorde” em Paris durante largos meses, despendendo – certamente a contragosto – avultadas quantias que alegadamente não possuía, a fraca condição financeira de ambos não os impediu de se tornarem Primeiros-Ministros. E se, em Democracia, o direito de votar nos mesmos e o direito de questionar a sua capacidade para o desempenho do cargo gozam de idêntica legitimidade, o que já não parece ser tão coerente é a tentativa de equiparar os deméritos de ambos, e de tentar fazer crer que quem votou em José Sócrates várias vezes agiu bem, mas que, quem se atrever a votar novamente em Passos Coelhos é inimputável. Finalmente, tudo diria que, em Democracia as boas notícias para o país, são, à partida, boas notícias para todos os seus cidadãos. No entanto, alguns dos nossos democratas não gostaram de saber que existe a – forte – possibilidade de Portugal crescer mais do que o previsto, bem como de sair do procedimento de défice excessivo, tendo-se apressado a criticar Cavaco Silva por, numa deslocação a Paris, se ter atrevido a elogiar a evolução da economia portuguesa. Aparentemente, no coerente entender dos mesmos, um Presidente da República democrata deveria ter aproveitado a oportunidade de se encontrar no estrangeiro e na sede da OCDE para “desancar” o Estado a que preside... São as contradições, pelo menos nacionais, daquele que muitos dizem ser “o menos mau de todos os regimes políticos.”

